PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA

JULIANA MORELO MARON

Resumo

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. A linguagem é um fenômeno social, estruturada de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. A palavra letramento é utilizada no processo de inserção numa cultura letrada.

Palavras - chave: Alfabetização; Ler e Escrever; Letramento.

Abstract

A literate individual is not necessarily a literate individual. Literate is an individual who knows how to read and write; A literate person is someone who knows how to read and write, but who responds adequately to the social demands of reading and writing. Language is a social phenomenon, structured in an active and group way from a cultural and social point of view. The word literacy is used in the process of insertion into a literate culture.

Keywords: Literacy; Read and write; Literature.

1 INTRODUÇÃO

Alfabetizar é um processo que ocorre durante todo o período escolar do aluno, pois ele se torna o coautor de sua aprendizagem e deixa de ser um mero expectador do processo de ensino aprendizagem. Como Paulo Freire define o aluno não é um mero depósito do conhecimento.

A partir de 1980 surge construtivismo que não é um método de ensino, voltado para como o/a professor/a deve ensinar, pelo contrário, é uma teoria psicológica da aprendizagem que tem como objeto a psicogênese da inteligência e dos conhecimentos, portanto, voltada para como o sujeito aprende.

A Psicogênese da Língua Escrita é uma abordagem psicológica de como a criança se apropria da língua escrita e não um método de ensino. Portanto, cabe aos profissionais da educação, fazer a transposição desta abordagem para a sala de aula, transformando os estudos em atividades pedagógicas.

Segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças elaboram conhecimentos sobre a leitura e escrita, passando por diferentes hipóteses – espontâneas e provisórias – até se apropriar de toda a complexidade da língua escrita. Tais hipóteses, baseadas em conhecimentos prévios, assimilações e generalizações, dependem das interações delas com seus pares e com os materiais escritos que circulam socialmente.

Conforme Soares (2003), no Brasil, o letramento surgiu enraizado no conceito de alfabetização, originando dessa forma uma confusão entre a especificidade de cada termo, provocando uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, o que tem conduzido certo apagamento da alfabetização. Neste aspecto, o letramento vai sendo concebido como pré-requisito da alfabetização ou a alfabetização passa a ser considerada parte integrante do letramento no processo de aquisição do código. Em nossa observação, as discussões inerentes à prática pedagógica alfabetizadora têm suscitado inúmeros questionamentos acerca de qual terminologia deve ser contemplada no desenvolvimento da ação docente em relação ao ensino da língua escrita.

Em relação ao contato que as crianças têm com a leitura e com a escrita e a forma que concebem a importância dessas práticas. Acreditamos que elas têm dentro dos limites da sua realidade um contato significativo com a leitura e a escrita e que apesar de se referirem a essas práticas de uma forma mais pragmática, a maioria as reconhece também fora da escola.

Pretendemos analisar todo este contexto, apesar de toda dificuldade em se trabalhar na educação, com todos os déficits que esta se encontra, principalmente das dificuldades de se trabalhar com alfabetização, devido à falta de ambientes e condições de aprendizagem da leitura e da escrita em uma realidade social.

2. SISTEMA DE ESCRITA

Emilia entende que a escrita é um sistema de representação da linguagem, este modelo é contrário ao método tradicional onde a escrita é considerada codificação e decodificação da linguagem, no qual apenas o professor detém o conhecimento. considera a alfabetização como um processo de aprendizagem da língua escrita, e de acordo com os seus estudos, se dá por meio da interação entre o objeto de conhecimento e o sujeito cognoscente.

Ana Teberosky , outra pesquisadora que se inspirou em Emilia Ferreiro

diz que adquirir a escrita de forma plena é indissociável do domínio da linguagem escrita, que é mais do que o registro gráfico de um texto: é o modo de organizar um discurso. "Uma Pedagogia centrada exclusivamente no aspecto técnico utiliza quaisquer tipos de palavras, quaisquer tipos de frases e de textos porque os critérios de seleção não são linguísticos. A consequência é, como diz Lev Vygotsky (1896-1934), a ignorância de que por trás das letras há uma linguagem escrita", alerta a autora. Subverter a lógica da Pedagogia centrada exclusivamente no aspecto técnico é a grande contribuição dessa obra. Aliar uma prática que possibilite ao aluno aprender simultaneamente a lógica do nosso sistema de escrita e a linguagem que se usa para escrever nos mais variados discursos vinculados às funções que a escrita assume fora da escola é o grande desafio dos profissionais da Educação que lutam pela melhoria da qualidade da alfabetização das crianças.

Para Teberosky, deve ser considerada no processo de alfabetização, a diferenciação entre a escrita e a linguagem. A escrita deve ser entendida como um sistema de notação, que no caso da língua portuguesa é alfabetização (conhecer as letras, sua organização, sinais de pontuação, letra maiúscula, ortografia etc.).

A linguagem escrita é definida como as formas de discurso, as condições e situações de uso nas quais a escrita possa ser utilizada (cartas, bilhetes, notícias, relatos científicos etc.)

Inicialmente, o professor precisa tomar por base o texto e não mais as palavras-chaves. O texto deve ser o elemento fundamental para inserir a criança no universo letrado. Além da escrita espontânea, pode ser considerado também o trabalho com modelos, que possibilitam 'as crianças comparem suas hipóteses com o convencional.

Através de listas de palavras de um mesmo campo da semântica (brinquedos, jogos prediletos, comidas preferidas, personagens de livros e gibis, nomes dos alunos da classe, frutas etc.) das parlendas e de outros textos, as crianças, hoje, podem ampliar suas concepções e progredir na aquisição da base alfabética, como na compreensão de outros aspectos (a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos, etc.).

Simultaneamente, os diversos tipos de texto necessitam aparecer como objeto de análise, propiciando aos alunos diferenciá-los, conhecer melhor suas funções e características particulares. Para que isso ocorra, é essencial que saibam interpretá-los e escrevê-los.

A expressão pessoal (bilhetes, cartas, diários, receitas culinárias, etc.) deve fazer parte do trabalho do professor, no entanto, esta deve vir acompanhada pela escrita de outros textos, inclusive com o apoio de modelos.

Cabe à escola, desde a Educação Infantil, alimentar a reflexão sobre as palavras, observando, por exemplo, que há palavras maiores que outras, que algumas palavras rimam, que determinadas palavras tem "pedaços" iniciais semelhantes, que aqueles "pedaços" semelhantes se escrevem muitas vezes com as mesmas letras etc.

Para Telma Weisz , o aluno é protagonista e agente ativo de seu processo de construção de conhecimentos. Atualmente, tal afirmação parece conhecida por todos e de unânime consideração por parte dos envolvidos em educação. Mas, qual é o papel do professor a partir dessa afirmação. Considerar o aluno com. o intelectualmente ativo significa supor um professor passivo significa designar ao professor o papel de mero espectador da construção de conhecimentos que o aluno percorre paulatinamente.

Numa concepção construtivista de educação, o professor não é, nem tampouco pode ser, mero espectador da construção de conhecimentos de seus alunos. Cabe a ele o papel de organizar as situações de aprendizagens, as intervenções pedagógicas que auxiliem os alunos em suas próprias construções, que considere seus conhecimentos e os mecanismos envolvidos nessa construção, além das questões relacionadas à didática do objeto a ser ensinado e aprendido. A atuação do professor torna-se necessária para que os alunos avancem, aprendam e desenvolva suas competências, em situações didáticas planejadas, com objetivos previamente definidos, em tarefas que propõem desafios, com organização das formas de trabalho, previsão do tempo a ser utilizado e intervenções pedagógicas consistentes.

Com o estudo que fez a partir das autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, descobriu que as crianças começam a construir seus conhecimentos desde muito cedo, e quando não escrevem de forma alfabética procura uma lógica para explicar o que ainda não compreendem, elaborando hipóteses sobre o funcionamento da escrita. As crianças constroem suas hipóteses de escrita a partir de seu contato com os textos que circulam socialmente, portanto as crianças mais pobres tendem a construírem hipóteses mais simples devido a sua pouca participação com os textos sociais. A partir dessas hipóteses o professor pode usar a favor do aluno, criando condições para que ele possa continuar aprendendo. Esse primeiro conhecimento que a criança demonstra ao fazer suas hipóteses a autora chama-o de conhecimento prévio, o novo conhecimento servirá como um aprofundamento do que ele já conhece.

Segundo Magda Soares , a perspectiva construtivista trouxe diferentes e importantes contribuições para a alfabetização.

[...] Alterou profundamente a concep-

ção do processo de construção da representação da língua escrita, pela criança, que deixa de ser considerada como dependente de estímulos externos para aprender o sistema de escrita, concepção presente nos métodos de alfabetização até então em uso, hoje designados tradicionais, e passa a sujeito ativo capaz de progressivamente (re)construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita em seus usos e práticas sociais, isto é, interagindo com material para ler, não com material artificialmente produzido para aprender a ler; os chamados para a aprendizagem pré-requisitos da escrita, que caracterizariam a criança pronta ou madura para ser alfabetizada – pressuposto dos métodos tradicionais de alfabetização - são negados por uma visão interacionista, que rejeita uma ordem hierárquica de habilidades, afirmando que a aprendizagem se dá por uma progressiva construção do conhecimento, na relação da criança com o objeto língua escrita; as dificuldades da criança, no processo de construção do sistema de representação que é a língua escrita – consideradas deficiências ou disfunções, na perspectiva dos métodos tradicionais - passam a ser vistas como erros construtivos, resultado de constantes reestruturações.

Magda defende o uso do livro didático em sala de aula, mas, o professor não deve usá-lo como única fonte de conhecimento, a ponto de perder a sua autonomia e liberdade de buscar novos materiais de estudos. Além disso, esse livro não precisa ser abolido pela escola, visto que ele é o resultado da longa história da educação.

3. PROGRAMA LER E ESCREVER

O ato de ler e o ato de escrever constituem elementos inerentes à condição humana, uma vez que a aquisição da língua oral e escrita nos remete à possibilidade de participação social na qual nos tornamos seres no mundo. A aquisição da leitura e da escrita implica, portanto, uma questão de cidadania, ao tempo que se revela como uma forma de inclusão social, ao possibilitar-nos a capacidade criadora e o posicionamento crítico do mundo no qual estamos inseridos. Desse modo, o domínio da língua oral e escrita amplia nossos horizontes, proporcionando-nos, sobretudo o acesso à informação e à produção do conhecimento.

O ato de ler e escrever não se constituem como naturais, mas revelam-se como processos que ocorrem a partir das interações sociais estabelecidas, conduzindo-os à assimilação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, com vistas à sua reelaboração. A escola, enquanto agência por excelência de produção de conhecimentos desempenha um papel de fundamental importância no processo de aquisição da língua escrita, ao desenvolvê-la de forma sistematizada, atribuindo sentido ao aprendizado da leitura e da escrita, por meio das interações estabelecidas no contexto escolar.

Em 2005 com a divulgação dos índices alcançados pelas escolas no SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento no Estado de São Paulo), que apontou a defasagem de aprendizagem nas séries iniciais, provoca reflexões nos órgãos responsáveis que a secretaria decide implantar o programa Ler e Escrever, conforme mostra a Resolução 86, de 19-12-2007:

A Secretária de Estado da Educação, considerando:-a urgência em solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos de Ciclo I com relação às competências de ler e escrever, expressas nos resultados do SARESP 2005; - a necessidade de promover a recuperação da aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I; - a imprescindibilidade de se investir na efetiva melhoria da qualidade de ensino nos anos iniciais da escolaridade, resolve: (...) (SÃO PAULO, 2007a. Resolução 86 de 19-12-2007.)

O SARESP procura medir os conhecimentos dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Trata-se de uma avaliação em larga escala, produzida pela Secretaria Estadual de Educação. Os resultados desta avaliação parecem ter afetado esta Secretaria de Educação, provocando a necessidade de uma tomada de atitude, relacionada ao investimento na melhoria da qualidade de ensino, descrito como imprescindível.

Como solução para o problema da alfabetização a Secretaria lança o Programa Ler e Escrever. São objetivos do programa

Art. 1º Fica instituído, a partir do ano de 2008, o Programa "Ler e Escrever", com os seguintes objetivos: I – alfabetizar, até 2010, a todos os alunos com idade de até oito anos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino; II –recuperar a aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I do Ensino Fundamental (SÃO PAULO, 2007a. Resolução 86 de 19-12-2007).

Os objetivos traçados por este programa contemplam a área de leitura e escrita e desprezam as demais áreas, inclusive a matemática, contemplada na Coletânea de Atividades (livro de atividades dos alunos) e Guia de Planejamento e Orientações Didáticas (livro do professor) – materiais que o Programa disponibiliza para as escolas. Os objetivos, contudo, dialogam diretamente com as considerações prévias expressas no mesmo texto, no que se refere às dificuldades de leitura e escrita expressas pelo SARESP.

O programa estipula uma meta a ser atingida até 2010, onde todas as crianças

de do Ensino Fundamental I, até oito anos, estejam alfabetizados, meta que não foi atingida já que em 2012 é lançado um novo programa denominado Alfabetização na Idade Certa. O que nos levam a pensar que as estratégias do Programa Ler e Escrever não foram suficientes para dar conta da defasagem de aprendizagem de nossas crianças.

Ana Teberosky, que defendeu o processo de alfabetização diferenciado, é considerada uma pensadora marco neste processo que é diferenciação entre a escrita e a linguagem. Já que a referida autora diz que a escrita deve ser entendida como um sistema de notação, que no caso da língua portuguesa é alfabetização (conhecer as letras, sua organização, sinais de pontuação, letra maiúscula, ortografia etc.).

O professor hoje tem que ter como base de seu trabalho os textos, e não mais palavras soltas. A linguagem escrita é definida como as formas de discurso, as condições e situações de uso nas quais a escrita possa ser utilizada (cartas, bilhetes, notícias, relatos científicos etc.)

Através de listas de palavras de um mesmo campo da semântica (brinquedos, jogos prediletos, comidas preferidas, personagens de livros e gibis, nomes dos alunos da classe, frutas etc.) das parlendas e de outros textos, as crianças, hoje, podem ampliar suas concepções e progredir na aquisição da base alfabética, como na compreensão de outros aspectos (a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos etc.).

Simultaneamente, os diversos tipos de texto necessitam aparecer como objeto de análise, propiciando aos alunos diferenciá-los, conhecer melhor suas funções e características particulares. Para que isso ocorra, é essencial que saibam interpretá-los e escrevê-los.

A expressão pessoal (bilhetes, cartas, diários, receitas culinárias etc.) deve fazer parte do trabalho do professor, no entanto, esta deve vir acompanhada pela escrita de outros textos, inclusive com o apoio de modelos.

Não se trata de apresentar fonemas para que os alunos memorizem isoladamente os grafemas que correspondem a eles na nossa língua. Como o aprendizado do sistema de escrita alfabética é, acima de tudo, conceitual, o que é preciso é que os alunos possam manipular/montar/desmontar palavras: observando suas propriedades; quantidade e ordem de letras, letras que se repetem, pedaços de palavras que se repetem, e que tem som idêntico.

O professor deve estimular o desenvolvimento das habilidades dos alunos de reflexão sobre as relações entre partes faladas e partes escritas, no interior das palavras. Deve garantir que as práticas escolares ajudem o aluno a refletir enquanto aprende e a descobrir os prazeres e ganhos que se pode experimentar quando a aprendizagem do sistema de escrita é vivenciado como um meio para, independentemente, exercer a leitura e a escrita dos cidadãos letrados.

De acordo com Teberosky (2003) – Acreditar que o aluno pode aprender é a melhor atitude de um professor para chegar a um resultado positivo em termos de alfabetização. A grande vantagem de trabalhar com as séries iniciais de alfabetização é ter a evolução natural a seu favor. Se não existe patologia, maus-tratos familiares ou algo parecido, eles são máquinas de aprender. Processam rapidamente as informações, têm boa memória, estão sempre dispostos a receber novidades e se empolgam com elas. Um professor que não acha que o estudante seja capaz de aprender é semelhante a um pai que não compra uma bicicleta para o filho porque esse não sabe pedalar. Sem a bicicleta, vai ser mais difícil aprender!

O professor alfabetizador tem a responsabilidade de abrir as portas do conhecimento as crianças que de alguma maneira já tem a sua disposição várias janelas abertas a sua disposição. É preciso refletir sobre as diferentes alfabetizações que são vividas pelas crianças em seu cotidiano, os saberes e as leituras produzidas nesses embates, para que, reconhecidos e mobilizados dentro da escola, possam se tornar a base do processo de apropriação da linguagem escrita

A leitura por sua vez, por meio dos exemplos contidos nas histórias, faz as crianças adquirem maior vivência. O contato com os impulsos emocionais, as reações e os instintos comuns aos seres humanos e o reconhecimento dos fatos e efeitos causados por estes impulsos são exemplos de vida.

Associar leitura e escrita, métodos e ambientes alfabetizadores aliados a professores com formação, sempre atualizados e uma escuta sensível para a fala das crianças que estão nas escolas e ao mesmo tempo já enfrentam a luta pela sobrevivência pode contribuir para construir um outro olhar para essa realidade e trazê-la, agora mais bem compreendida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas acerca do processo de aquisição da leitura e da escrita, revelam o caráter multifacetado da alfabetização e do letramento de modo que, além das habilidades específicas desenvolvidas em torno do ato de ler e escrever se faz necessária a compreensão dos usos sociais da escrita aos quais a alfabetização deve responder, uma vez que o domínio da tecnologia da leitura e da escrita não garante por si só o desenvolvimento de habilidades necessárias para que o sujeito obtenha êxito mediante as

exigências de uma sociedade letrada.

Quando pensamos na prática das escolas na aquisição da escrita, podemos observar a relação entre alfabetização e letramento, que por muitas vezes esses conceitos e sua compreensão assumida como uma substituição de um termo pelo outro, ou muitas vezes entendida como alfabetização enquanto pré-requisito do letramento, fator este que resulta na dicotomia existente entre alfabetizar e letrar.

Evidenciamos o papel fundamental que a professora alfabetizadora assume no processo de apropriação da escrita, sendo necessária a sistematização de conhecimentos linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos acerca da língua materna, a fim de que desenvolva situações significativas de ensino, proporcionando ao aluno uma aprendizagem bem-sucedida na apropriação da escrita, de modo que este compreenda os usos e funções sociais desse produto cultural.

O desafio hoje diante do letramento está em requerer da professora alfabetizadora mudanças significativas acerca das questões teórico-metodológicas que norteiam a prática pedagógica a partir do ensino da leitura e da escrita de forma mecânica e repetitiva, sustentada pelos métodos tradicionais expressos nas antigas cartilhas de alfabetização, desenvolvendo conteúdos desconectados das práticas sociais vivenciadas pelos alunos. Nesse contexto, a ressignificação da prática alfabetizadora decorre da ação crítico-reflexiva que deve permear o fazer docente, considerando a concepção acerca do homem que se deseja formar e as questões teórico-metodológicas em torno da alfabetização e do letramento rumo a uma aprendizagem significativa, de modo que o professor explore, na sala de aula, diferentes usos e funções sociais, a fim de formar leitores e escritores proficientes.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1987.

MARROU, H. História da educação na antiguidade. São Paulo: Herder, 1969.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do da Educação, 2006.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. Presença Pedagógica. Vol 9, n. 52. jul/ago, 2003, p. 14-21.

_____. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de

Educação. jan./abr. n. 25, 2004.

_____. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACCUR, E. A magia da linguagem. Rio de Janeiro:

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever – Uma proposta construtivista. Porto Alegre, Artmed: 2003